



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n° 10280.007457/90-75

Sessão de: 16 de novembro de 1993 ACORDADO n° 202-06.179
Recurso n°: 92.082
Recorrente: LUIZ OTAVIO RODRIGUES DA CUNHA
Recorrida: DRF EM BELEM - PA

28.07.94

C	C
C	Rubrica

PROCESSO FISCAL - PRAZOS - PEREMPTÃO - O recurso voluntário deve ser interposto no prazo previsto no artigo 33 do Decreto n° 70.235/72. Não observado o preceito, dele não se toma conhecimento, por perempto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por LUIZ OTAVIO RODRIGUES DA CUNHA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por perempto**. Ausentes os Conselheiros JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA, TERESA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA e OSVALDO TANCREDO DE OLIVEIRA (justificadamente).

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1993.

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente

TARASIO CAMPELO BORGES - Relator

p/ GUSTAVODRO AMARAL MARTINS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 10 DEZ 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO e JOSE CABRAL GAROFANO.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 10280.007457/90-75

-2-

Recurso nº 92.082

Acórdão nº 202-06.179

Recorrente: LUIZ OTAVIO RODRIGUES DA CUNHA

R E L A T O R I O

O presente processo, trata da exigência do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural - ITR, Contribuição Sindical Rural - CNA - CONTAG, Taxa de Serviços Cadastrais e Contribuição Parafiscal, relativo ao exercício de 1990, com vencimento em 30/11/90, referente ao imóvel cadastrado no INCRA com o código 048 038 057 193 7.

Na contestação da cobrança, apresentada em 14/11/90, o impugnante alega não ser o sujeito passivo da obrigação tributária por ter vendido referido imóvel, em 1989, para o Sr. Mário Galvão Vaz.

Submetido o processo à apreciação do INCRA, o mesmo sugeriu o indeferimento da impugnação, tendo em vista que o interessado não apresentou os documentos comprobatórios que lhes foram solicitados pelo ofício de fls. 09.

A autoridade monocrática decidiu pela procedência do lançamento, por falta de apresentação de provas com relação ao alegado pela impugnante.

Irresignado, o notificado interpôs recurso voluntário em 15/12/92, requerendo, preliminarmente, a tempestividade de seu expediente, alegando que a intimação com a ciência da decisão de primeira instância, entregue em seu antigo endereço em 16/10/92, conforme AR de fls. 18-v, somente chegou ao seu conhecimento em 25/11/92.

Quanto ao mérito, apresenta cópia da escritura pública



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 10280.007457/90-75
Acórdão nº 202-06.179

-3-

de venda e compra de fls. 27/29, lavrada no Cartório Krós Miranda - 6º Ofício de Notas - da Comarca de Belém-PA, que afirma comprovar a venda alegada na impugnação de fls. 01.

É o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Francisco de Assis Góes".



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 10280.007457/90-75
Acórdão nº 202-06.179

-4-

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR TARÁSIO CAMPELO BORGES

A Decisão recorrida foi encaminhada para o endereço informado pelo recorrente, tendo sido recebida pelo porteiro do edifício em 16/10/92, conforme AR de fls. 18-v e documento de fls. 24.

A mudança de endereço informada pelo recorrente por ocasião da entrega da declaração de imposto de renda pessoa física, em 14/05/92, não pode ser invocada em sua defesa, pois tal informação somente é utilizada para atualização do cadastro de pessoas físicas, sem qualquer vinculação com o cadastro de imóveis rurais que fornece os dados para o lançamento do tributo em questão.

Intimado da decisão recorrida, o contribuinte somente apresentou seu recurso voluntário após transcorridos 60 dias de sua ciência, tendo esgotado o prazo regulamentar de interposição nos termos do artigo 33 do Decreto 70.235, de 06/03/72.

Com essas considerações, VOTO pelo não conhecimento do recurso, por peremptório.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1993.

TARÁSIO CAMPELO BORGES